

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – Hospital Universitário, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 047/2023 TIPO: MENOR PREÇO ID GMS: 288/2023 Participação exclusiva ME E EPP	Início da sessão/disputa de lances: 09h00 min do dia 12/09/2023 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	---

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de **Materiais de: expediente, acondicionamento, copa e cozinha, limpeza, manutenção de bens móveis e EPI** para atender a demanda do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG e Hospital Universitário Materno Infantil – HUMAI.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1 O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 355.132,16** (trezentos e cinquenta e cinco mil cento e trinta e dois reais e dezesseis centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 3390-3016; 3390-3019; 3390-3021; 3390-3020, 3390-3022; 3390-3025, 3390-3028
Elemento da despesa: Material de expediente, material de acondicionamento e embalagem, Material de Copa e Cozinha, Material de Cama, Mesa e Banho, Material de Limpeza e Produção de Higienização, Material para Manutenção de Bens Móveis e Material de Proteção e Segurança
Fonte: 100

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de Compras do Governo Federal ([Compras.gov.br](https://compras.gov.br))
O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br; e https://sistemas.uepg.br/producao/pro-reitorias/proad/dimapa/new/licitacao/licit_publicada.php.

Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira: **Patrícia Machado dos Santos** e equipe de apoio, designados pela Portaria n.º 439/2023, servidores do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais

(HU- UEPG).

- **E-mail:** hu.pregoeiro@uepg.br
- **Telefones:** (42) 3219- 8884; 8885, 8867
- **Endereço:** Alameda Nabuco de Araújo, 601 – Uvaranas – CEP: 84031-510 Cidade: Ponta Grossa/Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h00min às 12 h e das 13h30min às 17h

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, **no e-mail hu.pregoeiro@uepg.br**, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, sob o número 20.836.018-3 devendo os interessados apresentar requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **(MENOR PREÇO)**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.”

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL

Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial

5 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante (quando necessário) amostra do(s) objeto(s) licitado(s) Caso necessário, na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

6 CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, visto que se trata de produto comum que empresas do ramo conseguem entregar

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
 - Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
 - Anexo IV – Modelo de Procuração;
 - Anexo V – Modelo de Declaração;
 - Anexo VI – Locais de Entrega;
 - Anexo VII – Minuta de Contrato;
 - Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
 - Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras>

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – disponível no endereço <https://www.gov.br/compras>

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Os fornecedores interessados em participar da licitação deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela UEPG, conforme instruções que podem ser obtidas na: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/in-no-73-de-2022-manuais-do-criterio-menor-preco-ou-maior-desconto/Manual_Pregao_Eletronico_fornecedor_v1.1.pdf

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave/login de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas que participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas que participarão da fase de lances.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01 (um centavo)**.

5.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.19 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.26.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.26.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.27 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I), e às informações técnicas prestadas pelo arrematante. As amostras devem atender a funcionalidade e a eficiência a que se destinam no manuseio ou na prática.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

7.9 A licitante não poderá possuir registro impeditivo da contratação, portanto, o Pregoeiro verificará a existência de registros impeditivos:

- a) No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes);
- b) No Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes);
- c) No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de consulta a ser realizada no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- d) No Cadastro Informativo Estadual – CADIN ESTADUAL, nos termos do **Decreto Estadual n.º 1.933/2015**, em especial o contido no inciso I, do artigo 7.º, disponível no endereço eletrônico: www.cadin.pr.gov.br, para verificar registros de impedimento de contratar com órgãos e entidades da administração estadual;
- e) No Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, nos termos do **Decreto Estadual n.º 9.762 de 19/12/2013**, disponível no endereço eletrônico: www.administracao.pr.gov.br/Compras para verificar registros de inadimplências e sanções aplicadas.
- f) No Sistema de Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas (TCU), disponível no endereço eletrônico: contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO;
- g) No Cadastro de pendências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), disponível no endereço eletrônico: www1.tce.pr.gov.br/conteudo/emitir-certidao-de-pendencias/267490/area/54;

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 60 (sessenta) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

9.1.2 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.3 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, que atualmente é o Banco do Brasil S/A, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é da Comarca da Ponta Grossa – PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Ponta Grossa, 25 de agosto de 2023.

Prof. Dr. Emerson Martins Hilgemberg
Pró-Reitor de Assuntos Administrativos
Universidade estadual de Ponta Grossa

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Aquisição de **materiais de: expediente, acondicionamento, copa e cozinha, limpeza, manutenção de bens móveis e EPI** para o Hospital Universitário dos Campos Gerais e o Hospital Universitário Materno (HUMAI), conforme especificações da planilha abaixo:

Lote 1	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
---------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	BLOCO RECADO, AUTO-ADESIVO, MATERIAL: PAPEL REMOVÍVEL, COR: COLORIDO, MEDIDA: 38MM X 50MM, EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 4 BLOCOS COM 100 FOLHAS CADA, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. CATMAT: 289399 GMS: 7502-11831	1470	pct	R\$ 3,36	R\$ 4.939,20
---------------	---	------	-----	----------	--------------

Lote 2	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
---------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO COM 112MM DE LARGURA, COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO IMITANCIÔMETRO CLÍNICO MARCA RESONANCE, MODELO - R36M CATMAT: 475423 GMS: 7505-74479	12	UNID	R\$ 22,25	267,00
---------------	---	----	------	-----------	--------

Lote 3	Descrição do produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE</u>	Valor total máximo (R\$)
---------------	-----------------------------	-------------	--------------	--	---------------------------------

				<u>ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	
Item 1	CD GRAVÁVEL, DISCO LASER, CD-R, TIPO: GRAVÁVEL, CAPACIDADE: 700MB/80 MINUTOS PARA ÁUDIO, VELOCIDADE: LEITURA: 60, GRAVAÇÃO: 48, USO: ARMAZENAMENTO DE ÁUDIO E DADOS, EMBALAGEM: ESTOJO PLÁSTICO INDIVIDUAL, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. CATMAT: 374780 GMS: 7005-689	814	UNID	R\$ 2,80	R\$ 2.279,20

Lote 4	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
---------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	COLA , TIPO: ADESIVO INSTANTÂNEO, ASPECTO: INCOLOR, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO: À BASE DE CIANOACRILATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BICO APLICADOR, EMBALAGEM: TUBO RÍGIDO COM 20G, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. CATMAT: 281629 GMS: 8004-21016	144	UNID	R\$ 8,00	R\$ 1.152,00
---------------	---	-----	------	----------	--------------

Lote 5	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
---------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	ENVELOPE , TIPO: SACO, MATERIAL: PAPEL OFFSET, COR: BRANCO, GRAMATURA: 90G/M², MEDIDA: 110MM X 230MM, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. CATMAT: 463528 GMS: 7502-74462	276	UNID	R\$ 0,35	R\$ 96,60
---------------	---	-----	------	----------	-----------

Lote 6	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor total máximo
---------------	-----------------------------	---------------	--------------	-----------------------	---------------------------

				Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	(R\$)
--	--	--	--	--	--------------

Item 1	ENVELOPE SACO, COR: NATURAL, MATERIAL: PAPEL KRAFT, GRAMATURA: 80G/M2, MEDIDA: 310MM X 410MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: CATMAT: 459882 GMS: 7502-1057	13327	UNID	R\$ 0,9650	R\$ 12.860,56
---------------	--	-------	------	------------	------------------

Lote 7	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
---------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	ENVELOPE , SACO, COR: NATURAL, MATERIAL: PAPEL KRAFT, GRAMATURA: 80G/M2, MEDIDA: 370MM X 470MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. CATMAT: 467100 GMS: 7502 -43469	3358	UNID	R\$ 1,45	R\$ 4.869,10
---------------	---	------	------	----------	-----------------

Lote 8	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
---------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	ETIQUETA , TÉRMICA, COMPATÍVEL COM IMPRESSORA ZEBRA GC420T TIPO: ADESIVA, USO: IMPRESSORA TÉRMICA, DIMENSÃO: 90MM X 40MM, EMBALAGEM: ROLO COM 600 ETIQUETAS, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: CATMAT: 461150 GMS: 7005 - 75300	60	UNID	R\$ 24,2250	R\$ 1.453,50
---------------	---	----	------	-------------	-----------------

Lote 9	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
Item 1	LIVRO PROTOCOLO, CAPA: PAPELÃO REVESTIDO EM PAPEL OFF-SET PLASTIFICADO, CONTEÚDO: 100 FOLHAS NUMERADAS E PAUTADAS, MEDIDA: 155X220 MM, VARIAÇÃO: +/- 10%, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 402513 GMS: 7504-1050	32	UNID	R\$ 12,87	R\$ 411,84
Lote 10	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
Item 1	PAPEL CONTÍNUO TERMOSSENSÍVEL PARA ECG, TIPO: QUADRICULADO, BLOCO DE PAPEL PARA ECG EM FORMATO Z-FOLD, MEDIDA: 50 X 100 MM X 200 FOLHAS, COMPATÍVEL COM ELETROCARDIÓGRAFO NIHON KOHDEN FQS 50-2-100, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: CATMAT: 438064 GMS: 6510-8306	264	UNID	R\$ 20,35	R\$ 5.372,40
Lote 11	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
Item 1	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO, COMPATÍVEL COM ELETROCARDIÓGRAFOS BIONET, MODELO CARDIO7, DIMENSÃO: LARGURA: 216MM, COMPRIMENTO: 30M, UNID. DE MED: UNITÁRIO CATMAT: 253240 GMS: GMS: 7005-74583	72	UNID	R\$ 29,90	R\$ 2.152,80

Lote 12	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	BOBINA SACO PLÁSTICO, TIPO: PICOTADO, USO: PARA TALHER, ASPECTO: INCOLOR, MEDIDA: 8CM X 25CM, EMBALAGEM: BOBINA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 395470 GMS: 8107-36259	616	bobina	R\$ 23,00	R\$ 14.168,00
---------------	---	-----	--------	-----------	---------------

Lote 13	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	BOBINA SACO PLÁSTICO, PICOTADO, USO: PARA VERDURAS, COR: INCOLOR, MEDIDA: 20CM X 30CM, BOBINA COM 1000, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 439984 GMS: 8107-36211	400	Unid.	R\$ 33,74	R\$ 13.496,00
---------------	--	-----	-------	-----------	---------------

Lote 14	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	BOBINA SACO PLÁSTICO, USO: EMBALAR ALIMENTOS, MEDIDA: 30CM X 40CM, MATERIAL: POLIETILENO, EMBALAGEM: BOBINA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 429964 GMS: 8107-36273	638	Unid.	R\$ 44,10	R\$ 28.135,80
---------------	---	-----	-------	-----------	---------------

Lote 15	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	--	---------------------------------

				<u>ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	
--	--	--	--	---------------------------------	--

Item 1	BOBINA SACO PLÁSTICO, ASPECTO: TRANSPARENTE, MEDIDA: 40CM X 60CM (10KG), MATERIAL: POLIETILENO, EMBALAGEM: BOBINA PICOTADA COM 500 UNIDADES CATMAT: 429966 GMS: 8107-36213	554	Unid.	R\$ 52,20	R\$ 28.918,80
---------------	--	-----	-------	-----------	---------------

Lote 16	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	LENÇOL DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADOS EM 100% COM CELULOSE VIRGEM BRANCA E FIBRAS LONGAS, MACIOS E HIGIÊNICOS, PAPEL GOFRADO, ROLO COM 70CM LARGURA X 50M COMPRIMENTO, EMBALAGEM: CADA ROLO DO LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL DEVE SER EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PACOTE PLÁSTICO ANTES DE SER COLOCADO NA CAIXA DE PAPELÃO, EMBALAGEM CONTENDO IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRAZO DE VALIDADE: 90% DO PRAZO TOTAL DA VALIDADE DO PRODUTO NA DATA DA ENTREGA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEMAIS INFORMAÇÕES DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA E/OU DESCRITIVO TÉCNICO DO PROCESSO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 481789 GMS: 6510-68365	1224	rol	R\$ 18,00	R\$ 22.032,00
---------------	---	------	-----	-----------	---------------

Lote 17	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	MEXEDOR PLÁSTICO DESCARTÁVEL MEXEDOR PARA CAFÉ, DESCARTÁVEL, MATERIAL:	720	pct	R\$ 9,34	R\$ 6.724,80
---------------	--	-----	-----	----------	--------------

	POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: CRISTAL, FORMATO: REMO, COMPRIMENTO: 9CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, PACOTE PLÁSTICO COM 500 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO: CATMAT: 355015 GMS: 7303-3423				
--	---	--	--	--	--

VALOR TOTAL

R\$

Lote 18	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
------------	----------------------	--------	-------	--	--------------------------

Item 1	LENÇO NÃO ESTÉRIL PARA LIMPEZA HOSPITALAR, CONFECCIONADO EM VISCOSE E/OU POLIÉSTER, GRAMATURA: MÍNIMA DE 60G/M², MEDIDA: COMPRIMENTO DE 38CM, LARGURA DE 30CM, VARIAÇÃO ADMISSÍVEL DE 10%.: CATMAT: 431741 GMS: 7910 - 58053	158600	Unid	R\$ 0,3350	R\$ 53.131,00
--------	--	--------	------	------------	---------------

Lote 19	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
------------	----------------------	--------	-------	--	--------------------------

Item 1	COLHER DESCARTÁVEL, PARA SOPA, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCA, DIMENSÃO: COMPRIMENTO: 15CM (VARIAÇÃO +/- 10%), USO: DESCARTÁVEL, ISENTA DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: CATMAT: 310970 GMS: 7303 - 36227	263	cx	R\$ 91,9250	R\$ 24.176,28
--------	---	-----	----	-------------	---------------

Lote 20	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo	Valor total máximo (R\$)
------------	----------------------	--------	-------	-----------------------	--------------------------

				<u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	
Item 1	COPO DESCARTÁVEL , CAIXA DE COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 50ML, COM 5.000 UNIDADES (COPOS) - COPO PLÁSTICO, COM CAPACIDADE DE 50 ML, FABRICADO EM POLIESTIRENO CRISTAL, ATÓXICO, PRÁTICO E HIGIÊNICO. CATMAT: 419309 GMS: 7303 - 43709	18	cx	R\$ 142,63	R\$ 2.567,34

Lote 21	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	FACA PARA REFEIÇÃO, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCA, USO: DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO: 16CM (VARIAÇÃO +/- 10%), LARGURA: 2CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SERRILHA, ISENTA DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 310969 GMS: 7303 - 36275	201	cx	R\$ 93,85	R\$ 18.863,85
---------------	---	-----	----	-----------	---------------

Lote 22	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	GARFO DESCARTÁVEL , USO: PARA REFEIÇÃO, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCO, DIMENSÃO: COMPRIMENTO: 15CM (VARIAÇÃO DE +/- 10%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL, ISENTO DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, REFORÇADO. EMBALAGEM: CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO .	114	cx	R\$ 93,85	R\$ 10.698,90
---------------	--	-----	----	-----------	---------------

CATMAT: 304509				
GMS: 7303 - 36233				

Lote 23	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
--------------------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	GUARDANAPO DE PAPEL, TIPO: FOLHA SIMPLES, COMPOSIÇÃO: PAPEL DE FIBRA 100% CELULÓSICA VIRGEM, DIMENSÃO: 23X22CM (VARIAÇÃO +/- 5%), COR: BRANCA, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO COM 50 UNIDADES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO COM 50 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 289550 GMS: 8504 - 56321	6373	pct	R\$ 1,51	R\$ 9.623,23
-------------------------	---	------	-----	----------	--------------

Lote 24	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
--------------------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	POTE DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - COM TAMPA, EM POLIESTIRENO NÃO TÓXICO, P/ TEMPERATURA ATÉ 100°C, CAPACIDADE 100 ML. EMBALAGENS C/ 100 UNIDADES. CATMAT: 300034 GMS: 8107-88493	5226	pct	R\$ 13,45	R\$ 70.289,70
-------------------------	---	------	-----	-----------	---------------

Lote 25	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
--------------------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---------------------------------

Item 1	FILTRO ELEMENTO FILTRANTE DE CARVÃO ATIVADO CARBON CLOCK M10 COM 25 CM DE	123	Unid	R\$ 44,62	R\$ 5.488,26
-------------------------	---	-----	------	-----------	--------------

	COMPRIMENTO, CIRCULO CENTRAL COM 2,5 CM E DIÂMETRO TOTAL FILTRO, ELEMENTO FILTRANTE, CARVÃO ATIVADO, 10 , UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO CATMAT: 461556 GMS: 4501-27630				
--	--	--	--	--	--

Lote 26	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
--------------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---

Item 1	FILTRO ELEMENTO FILTRANTE DE POLIPROPILENO SPFF%, 5 MICRAS, 25 CM DE COMPRIMENTO, CIRCULO CENTRAL MEDINDO 3,0 CM, E DIÂMETRO TOTAL MEDINDO 6,0 CM PARA OSMOSE REVERSA DA AUTO CLAVE SERCON E DA OSMOSE VEXER, FILTRO, ELEMENTO FILTRANTE, POLIPROPILENO, 10 , UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: CÓDIGO BR: CATMAT: 438353 GMS: 4501-27601	214	unid	R\$ 32,00	R\$ 6.848,00
---------------	--	-----	------	-----------	--------------

Lote 27	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
--------------------	-----------------------------	---------------	--------------	---	---

Item 1	LUVA, MULTIUSO, TAMANHO: PEQUENA, MATERIAL: LÁTEX DE BORRACHA NATURAL COM REVESTIMENTO EM FLOCOS DE ALGODÃO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO, CONTENDO UM PAR, COM CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO NA (C.A) COMO EPI, UNID. DE MEDIDA: CATMAT: 367064 GMS: 7907-170	240	par	R\$ 3,65	R\$ 876,00
---------------	--	-----	-----	----------	------------

Lote 28	Descrição do produto	Quant.	Unid.	Valor Unitário Máximo <u>CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS</u>	Valor total máximo (R\$)
Item 1	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG PROTETOR AURICULAR DESCARTÁVEL, ESPUMA DE POLIURETANO, MOLDÁVEL, FORMATO CÔNICO, CERTIFICADO DE APROVAÇÃO PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR 15, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO (PAR) CATMAT: 257074 GMS: 8402-34397	2000	par	R\$ 1,62	R\$ 3.240,00

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta em até 7 (sete) dias.

1.2.2 Será aceito o produto que apresenta uma margem de até 5% para mais ou menos, no que se refere ao peso e/ou tamanho descrito na especificação dos produtos.

1.2.3 Havendo necessidade de substituição do produto, a empresa vencedora deverá providenciar e cobrir os custos de movimentação, frete, seguro, impostos, taxas, bem como providências das notas fiscais de remessa durante o transporte de remoção e retorno.

1.2.4 Os produtos deverão ser entregues em embalagens lacradas que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação.

1.2.5 O acondicionamento e transporte do(s) materiais deve (m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura.

1.2.6 As embalagens externas devem mencionar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.). Os produtos deverão ser entregues em embalagens lacradas que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação.

1.2.7 A CONTRATANTE não se responsabiliza pela entrega de materiais a funcionários não credenciados, nem tampouco a materiais que não estejam previstos no contrato, cabendo a contratada a retirada dos materiais em desacordo.

1.2.8 Para amostras físicas dos produtos a primeira licitante classificada, quando solicitado, deverá entregar no prazo máximo de 7 (sete) dias.

1.2.9 Para catálogos a primeira licitante classificada, quando solicitado, deverá entregar no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após a solicitação formal pela Seção de Material e Patrimônio – SCMPA, o descritivo técnico e a respectiva amostra ou catálogo do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, prazo este que poderá ser prorrogado mediante justificativa da licitante e aceite da SCMPA.

1.2.10 Caso seja verificado que o produto entregue não atende às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente e a EMPRESA será notificada para que efetue a substituição do produto em conformidade, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.2.11 A Nota Fiscal deverá ser preenchida com as informações da Fonte Pagadora que consta na Nota de Empenho; constar a descrição completa do material; lote; validade; setor de entrega e responsável pelo recebimento.

1.2.12 A descarga será de responsabilidade da empresa contratada.

1.2.13 A garantia dos produtos será a oferecida pelo fabricante.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3 Por não existir padronização de materiais no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e no GMS (Gestão de Materiais e Serviços), não serão utilizados os dados de padronização.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 Para os lotes 1 ao 11:

1.4.1.1 Primeira entrega: A entrega deve ser de 25% em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota de empenho. Demais entregas devem ser de 25% a cada 90 dias, ou conforme demanda, tendo o prazo de até 07(sete) dias úteis após solicitação formal. Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva Al. Nabuco de Araújo, 601 - CEP 84031-510 - Ponta Grossa/PR - Fone: (42)3219-8888.

1.4.1.2 A entrega deve ser efetuada de segunda-feira à sexta-feira no período de 07h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min.

A contratante não dispõe de funcionários para descarga dos materiais, sendo de responsabilidade da contratada.

1.4.2 Para os lotes 12 ao 28

1.4.2.2 A empresa contratada deverá realizar a entrega do objeto em 4 parcelas, sendo a primeira em até 15 dias a contar do recebimento da nota de empenho e demais entregas a cada 90 dias ou conforme demanda, devendo ocorrer no prazo máximo de 15 dias após a solicitação

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado (**quando solicitado**) deverá entregar, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, no seguinte local:

Local: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG

Logradouro: Alameda Nabuco de Araújo, 601

CEP 84031-510 - Cidade Ponta Grossa/PR,

A/C do Sr. Orlei – (42)

Órgão/Entidade avaliador: Seção de Material e Patrimônio

Fone: (42) 3219 8367

E-mail: hu.scmpa@uepg.br

Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 3 (três) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo "Informações Adicionais" do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração,

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A SCMPA, no uso de suas atribuições legais é responsável pelo fornecimento de materiais de expediente aos setores administrativos e assistenciais. Os materiais que buscam adquirir são usados de formas contínuas nas rotinas assistenciais e administrativas as quais a falta destes insumos implicará direto na agilidade e continuidade dos processos de ambas as rotinas. Por fim, motivamos o ato para aquisição dos materiais de expediente, os quais resultaram deserto/fracassado, pois essa aquisição é necessária para evitar o desabastecimento dos estoques da SCMPA, o que implicaria na impossibilidade do atendimento da demanda por esses insumos pelos setores administrativos e assistenciais desta instituição.

2.2 Os materiais descartáveis, que se buscam adquirir, serão utilizados na manutenção das rotinas de trabalho, por consequência, no atendimento aos pacientes, proporcionando maior apoio a equipe multidisciplinar de saúde e possibilitando um tratamento mais específico e/ou dinâmico aos pacientes internados.

2.3 Assim, os materiais que se buscam adquirir serão utilizados de forma integral para atendimento das unidades hospitalares do HU-UEPG, como condição para a promoção e recuperação da saúde dos pacientes internados e cuidados ambientais. Esta aquisição visa melhorar o atendimento, de forma a garantir a eficiência e efetividade dos serviços oferecidos aos usuários e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Paraná.

2.3 Os materiais descartáveis são necessários e imprescindíveis para a administração, pois a manutenção do abastecimento dos materiais descritos abaixo, são utilizados nos protocolos de rotinas hospitalares, oferecendo maior segurança alimentar, higiene, reduzindo os riscos de contaminações.

2.4 A caixa de lenço é utilizada para limpezas de superfícies, paredes, mobílias e artigos, é essencial para poder manter a limpeza e conservação dos ambientes que necessitam de higienização.

2.5 O copo de descartável de 50 ml é utilizado na administração de medicamentos para os pacientes que são atendidos nos HUs.

2.6 A faca de refeição, garfo, colher e guardanapo de papel são utilizados na alimentação dos pacientes e acompanhantes, sendo descartado a cada utilização.

2.7 O pote descartável de sobremesa é utilizado para a separação e preparo de sobremesas dos pacientes internados nos HUs.

2.8 Estes itens devem ser descartáveis para evitarmos contaminações cruzadas, acúmulo de utensílios de cozinha permanentes, contribuem no manuseio de refeições e evitam infecções cruzadas.

2.9 A vantajosidade e conveniência da aquisição desses materiais, para atendimento das demandas das unidades hospitalares, demonstram-se na natureza contínua dos serviços prestados, trazendo os seguintes benefícios:

- Maior eficiência nas condições técnicas para a realização dos serviços, suprimindo a demanda dos setores hospitalares que utilizam esses materiais descartáveis na manutenção das rotinas de trabalho, por Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva Al. Nabuco de Araújo, 601 - CEP 84031-510 - Ponta Grossa/PR - Fone:(42)3219-8888 consequência, no atendimento aos pacientes, proporcionando maior apoio a equipe multidisciplinar de saúde e possibilitando um tratamento mais específico e/ou dinâmico aos pacientes internados.

- Minimização de riscos e custos, uma vez que, os materiais descartáveis oferecem mais segurança alimentar, são seguros ao manusear, são bem embalados descartando contaminação. Produtos como louças, copos, talheres ou outros produtos convencionais de uso comum, se não forem muito bem higienizados, podem ser focos de contaminação de bactérias e fungos, evitando custos financeiros, ambientais e na saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

BLOCO RECADO, AUTO-ADESIVO, MATERIAL: PAPEL REMOVÍVEL, COR: COLORIDO, MEDIDA: 38MM X 50MM, EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 4 BLOCOS COM 100 FOLHAS CADA, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. CATMAT: 289399.	
BOBINA DE PAPEL TÉRMICO COM 112MM DE LARGURA, COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO IMITÂNCIÔMETRO CLÍNICO MARCA RESONANCE, MODELO - R36M GMS: 7005 - 74479	
CD GRAVÁVEL, DISCO LASER, CD-R, TIPO: GRAVÁVEL, CAPACIDADE:700MB/80 MINUTOS PARA ÁUDIO, VELOCIDADE: LEITURA: 60, GRAVAÇÃO: 48,USO: ARMAZENAMENTO DE	

ÁUDIO E DADOS, EMBALAGEM: ESTOJO PLÁSTICO INDIVIDUAL, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7005-689	Os materiais que buscam adquirir são usados de formas contínuas nas rotinas assistenciais e administrativas quais a falta destes insumos implicará direto na agilidade e continuidade dos processos de ambas as rotinas
COLA, TIPO: ADESIVO INSTANTÂNEO, ASPECTO: INCOLOR, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO: À BASE DE CIANOACRILATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BICO APLICADOR, EMBALAGEM: TUBO RÍGIDO COM 20G, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 8004-21016	
ENVELOPE, TIPO: SACO, MATERIAL: PAPEL OFFSET, COR: BRANCO, GRAMATURA: 90G/M², MEDIDA: 110MM X 230MM, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7502-74462	
ENVELOPE SACO, COR: NATURAL, MATERIAL: PAPEL KRAFT, GRAMATURA: 80G/M², MEDIDA: 310MM X 410MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7502-1057	
ENVELOPE, SACO, COR: NATURAL, MATERIAL: PAPEL KRAFT, GRAMATURA: 80G/M², MEDIDA: 370MM X 470MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7502-43469	
ETIQUETA, TÉRMICA, COMPATÍVEL COM IMPRESSORA ZEBRA GC420T TIPO: ADESIVA, USO: IMPRESSORA TÉRMICA, DIMENSÃO: 90MM X 40MM, EMBALAGEM: ROLO COM 600 ETIQUETAS, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7005 - 75300	
LIVRO PROTOCOLO, CAPA: PAPELÃO REVESTIDO EM PAPEL OFF-SET PLASTIFICADO, CONTEÚDO: 100 FOLHAS NUMERADAS E PAUTADAS, MEDIDA: 155X220 MM, VARIAÇÃO: +/- 10%, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 7504-1050	
PAPEL CONTÍNUO TERMOSSENSÍVEL PARA ECG, TIPO: QUADRICULADO, BLOCO DE PAPEL PARA ECG EM FORMATO Z-FOLD, MEDIDA: 50 X 100 MM X 200 FOLHAS, COMPATÍVEL COM ELETROCARDIOGRAFO NIHON KOHDEN FQS 50-2-100, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 6510-8306	
BOBINA DE PAPEL TÉRMICO, COMPATÍVEL COM ELETROCARDIOGRAFOS BIONET, MODELO CARDIO7, DIMENSÃO: LARGURA: 216MM, COMPRIMENTO: 30M, UNID. DE MED: UNITÁRIO GMS: 7005-74583	Utilizado para embalar talheres, alimentos, objetos, fracionamento de medicamentos, entre outros.
BOBINA SACO PLÁSTICO, TIPO: PICOTADO, USO: PARA TALHER, ASPECTO: INCOLOR, MEDIDA: 8CM X 25CM, EMBALAGEM: BOBINA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 8107-36259 CÓDIGO BR: 150577	
BOBINA SACO PLÁSTICO, PICOTADO, USO: PARA VERDURAS, COR: INCOLOR, MEDIDA: 20CM X 30CM, BOBINA COM 1000, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 8107-36211 CÓDIGO BR: 439984	Utilizado para embalar, proteger e separar materiais diversos

BOBINA SACO PLÁSTICO, USO: EMBALAR ALIMENTOS, MEDIDA: 30CM X 40CM, MATERIAL: POLIETILENO, EMBALAGEM: BOBINA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 8107-36273 CÓDIGO BR: 429964	Utilizado para embalar, proteger e separar materiais diversos
BOBINA SACO PLÁSTICO, ASPECTO: TRANSPARENTE, MEDIDA: 40CM X 60CM (10KG), MATERIAL: POLIETILENO, EMBALAGEM: BOBINA PICOTADA COM 500 UNIDADES GMS: 8107-36213 CÓDIGO BR:429966	Utilizado para embalar, proteger e separar materiais diversos
LENÇOL DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADOS EM 100% COM CELULOSE VIRGEM BRANCA E FIBRAS LONGAS, MACIOS E HIGIÊNICOS, PAPEL GOFRADO, ROLO COM 70CM LARGURA X 50M COMPRIMENTO, EMBALAGEM: CADA ROLO DO LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL DEVE SER EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PACOTE PLÁSTICO ANTES DE SER COLOCADO NA CAIXA DE PAPELÃO, EMBALAGEM CONTENDO IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRAZO DE VALIDADE: 90% DO PRAZO TOTAL DA VALIDADE DO PRODUTO NA DATA DA ENTREGA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEMAIS INFORMAÇÕES DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA E/OU DESCRITIVO TÉCNICO DO PROCESSO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 6510-68365 CÓDIGO BR: 481789	Utilizado para cobrir macas, camas e superfícies
MEXEDOR PLÁSTICO DESCARTÁVEL MEXEDOR PARA CAFÉ, DESCARTÁVEL, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: CRISTAL, FORMATO: REMO, COMPRIMENTO: 9CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, PACOTE PLÁSTICO COM 500 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 7303-3423 CÓDIGO BR: 355015	Utilizado pelo setor de nutrição para homogeneização de bebidas
LENÇO NÃO ESTÉRIL PARA LIMPEZA HOSPITALAR, CONFECCIONADO EM VISCOSE E/OU POLIÉSTER, GRAMATURA: MÍNIMA DE 60G/M², MEDIDA: COMPRIMENTO DE 38CM, LARGURA DE 30CM, VARIAÇÃO ADMISSÍVEL DE 10%. GMS: 7910 - 58053 CATMAT:431741	Utilizado pelo setor de Nutrição hospitalar para atendimento aos pacientes/funcionários.
COLHER DESCARTÁVEL, PARA SOPA, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCA, DIMENSÃO: COMPRIMENTO: 15CM (VARIAÇÃO +/-10%), USO: DESCARTÁVEL, ISENTA DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO . GMS: 7303 - 36227 CATMAT: 310970	Utilizado pelo setor de Nutrição hospitalar para atendimento aos pacientes/funcionários.
COPO DESCARTÁVEL, CAIXA DE COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 50ML, COM 5.000 UNIDADES (COPOS) - COPO PLÁSTICO, COM CAPACIDADE DE 50 ML, FABRICADO EM POLIESTIRENO CRISTAL, ATÓXICO, PRÁTICO E HIGIÊNICO. GMS: 7303 - 43709; CATMAT: 419309	Utilizado pelo setor de Nutrição hospitalar para atendimento aos pacientes/funcionários.
FACA PARA REFEIÇÃO, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCA,	Utilizado pelo setor de Nutrição hospitalar para atendimento aos pacientes/funcionários.

USO: DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO: 16CM (VARIAÇÃO +/- 10%), LARGURA: 2CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SERRILHA, ISENTA DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMSS: 7303 - 36275 CATMAT: 310969	
GARFO DESCARTÁVEL, USO: PARA REFEIÇÃO, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCO, DIMENSÃO: COMPRIMENTO: 15CM (VARIAÇÃO DE +/- 10%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL, ISENTO DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, REFORÇADO. EMBALAGEM: CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO . GMS: 7303 - 36233 CATMAT:304509	Utilizado pelo setor de Nutrição hospitalar para atendimento aos pacientes/funcionários.
GUARDANAPO DE PAPEL, TIPO: FOLHA SIMPLES, COMPOSIÇÃO: PAPEL DE FIBRA 100% CELULÓSICA VIRGEM, DIMENSÃO: 23X22CM (VARIAÇÃO +/- 5%), COR: BRANCA, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO COM 50 UNIDADES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO COM 50 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS:8504 - 56321 CATMAT: 289550	Utilizado pelo setor de Nutrição hospitalar para atendimento aos pacientes/funcionários.
POTE DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - COM TAMPA, EM POLIESTIRENO NÃO TÓXICO, P/ TEMPERATURA ATÉ 100°C, CAPACIDADE 100 ML. EMBALAGENS C/ 100 UNIDADES. GMS: 8107-88493 CATMAT: 300034	Utilizado pelo setor de Nutrição hospitalar para atendimento aos pacientes/funcionários.
FILTRO ELEMENTO FILTRANTE DE CARVÃO ATIVADO CARBON CLOCK M10 COM 25 CM DE COMPRIMENTO, CIRCULO CENTRAL COM 2,5 CM E DIÂMETRO TOTAL FILTRO, ELEMENTO FILTRANTE, CARVÃO ATIVADO, 10, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 4501-27630 CÓDIGO BR: 461556	Utilizado no processo de filtragem. Tratamento do Ar ou da Água.
FILTRO ELEMENTO FILTRANTE DE POLIPROPILENO SPFF%, 5 MICRAS, 25 CM DE COMPRIMENTO, CIRCULO CENTRAL MEDINDO 3,0 CM, E DIÂMETRO TOTAL MEDINDO 6,0 CM PARA OSMOSE REVERSA DA AUTO CLAVE SERCON E DA OSMOSE VEXER, FILTRO, ELEMENTO FILTRANTE, POLIPROPILENO, 10, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 4501-27601 CÓDIGO BR:	Utilizado para filtragem de água, com o objetivo de proteger máquinas do acúmulo de sedimentos, reduzir a sujeira como areia, barro, limo e ferrugem.
LUVA LUVIA, MULTIUSO, TAMANHO: PEQUENA, MATERIAL: LÁTEX DE BORRACHA NATURAL COM REVESTIMENTO EM FLOCOS DE ALGODÃO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO, CONTENDO UM PAR, COM CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO NA (C.A) COMO EPI, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 7907-170 CÓDIGO BR: 367064	Utilizados para trabalhos leves, protegendo o trabalhador em operações, como serviços de conservação e limpeza.
PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG PROTETOR AURICULAR DESCARTÁVEL, ESPUMA DE	Utilizado sempre que houver uma atividade em que

POLIURETANO, MOLDÁVEL, FORMATO CÔNICO, CERTIFICADO DE APROVAÇÃO PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR 15, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO (PAR) GMS: 8402-34397 CÓDIGO BR: 257074	extrapole os limites de tolerância a ruídos determinados pela NR 15.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 A formação da cesta de preços, segundo o Art. 368, do Decreto 10.086/2022 ocorreu da seguinte maneira:

4.2 Em relação ao PE 047/2023 – Aquisição de **Material de expediente, descartáveis e EPI**, informo que a formação da cesta de preços, segundo o Art. 368, do Decreto 10.086/2022 se deu da seguinte forma:

- Incisos I, II e V os valores encontrados para os itens estão demonstrados na tabela abaixo.
- Inciso III o HURCG não possui contrato com sistema de preços pagos em mídia especializada.
- Inciso IV foi enviado email para 107 empresas constantes no banco de dados do HU e GMS(conforme anexo), onde 29 cotaram, 10 enviaram negativas e 69 não retornaram.
- Inciso VI não foi consultado, pois não possuímos tabela oficial para os itens.

LOTE	PRODUTOS	GMS Inciso I	PNCP Inciso I	COMPR AS GOV Inciso II	NOTA PARA NÁ Inciso V	TRANS PARÊN CIA Inciso V	PAINE L DE PREÇO S Inciso II	INTERN ET Inciso III
1	BLOCO RECADO, AUTO-ADESIVO, MATERIAL: PAPEL REMOVÍVEL, COR: COLORIDO, MEDIDA: 38MM X 50MM, EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 4 BLOCOS COM 100 FOLHAS CADA, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. CATMAT: 289399.	-	-	-	-	2,84	4,00	-
2	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO COM 112MM DE LARGURA, COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO IMITÂNCIÔMETRO CLÍNICO MARCA RESONANCE, MODELO - R36M GMS: 7005 - 74479	-	-	-	-	-	-	-
3	CD GRAVÁVEL, DISCO LASER, CD-R, TIPO: GRAVÁVEL, CAPACIDADE:700MB/80 MINUTOS PARA ÁUDIO, VELOCIDADE: LEITURA:	2,80	-	1,00	-	-	-	-

	60, GRAVAÇÃO: 48,USO: ARMAZENAMENTO DE ÁUDIO E DADOS, EMBALAGEM: ESTOJO PLÁSTICO INDIVIDUAL, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7005-689							
4	COLA , TIPO: ADESIVO INSTANTÂNEO, ASPECTO: INCOLOR, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO: À BASE DE CIANOACRILATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BICO APLICADOR, EMBALAGEM: TUBO RÍGIDO COM 20G, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 8004-21016	-	-	5,57	-	8,00	-	-
5	ENVELOPE , TIPO: SACO, MATERIAL: PAPEL OFFSET, COR: BRANCO,GRAMATURA: 90G/M², MEDIDA: 110MM X 230MM, UNID. DE MEDIDA:UNITÁRIO. GMS: 7502-74462	-	-	34,60	-	-	-	-
6	ENVELOPE SACO, COR: NATURAL, MATERIAL: PAPEL KRAFT, GRAMATURA: 80G/M2, MEDIDA: 310MM X 410MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7502-1057	-	-	0,59	-	0,49	-	-
7	ENVELOPE , SACO, COR: NATURAL, MATERIAL: PAPEL KRAFT,GRAMATURA: 80G/M2, MEDIDA: 370MM X 470MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, UNID. DE MEDIDA:UNITÁRIO. GMS: 7502 -43469	1,21	-	1,30	-	-	-	-
8	ETIQUETA , TÉRMICA, COMPATÍVEL COM IMPRESSORA ZEBRA GC420T TIPO: ADESIVA, USO: IMPRESSORA TÉRMICA, DIMENSÃO: 90MM X 40MM, EMBALAGEM: ROLO	-	-	-	-	-	27,10	-

	COM 600 ETIQUETAS, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 7005 - 75300							
9	LIVRO PROTOCOLO, CAPA: PAPELÃO REVESTIDO EM PAPEL OFF-SETPLASTIFICADO, CONTEÚDO: 100 FOLHAS NUMERADAS E PAUTADAS, MEDIDA: 155X220 MM, VARIAÇÃO: /- 10%, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 7504-1050	11,85	-	9,10	-	8,90	-	-
10	PAPEL CONTÍNUO TERMOSENSÍVEL PARA ECG, TIPO: QUADRICULADO, BLOCO DE PAPEL PARA ECG EM FORMATO Z-FOLD , MEDIDA: 50 X 100 MM X 200 FOLHAS, COMPATÍVEL COM ELETROCARDIÓGRAFO NIHON KOHDEN FQS 50- 2-100, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO. GMS: 6510- 8306	-	-	5,20	-	-	-	-
11	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO, COMPATÍVEL COM ELETROCARDIÓGRAFOS BIONET, MODELO CARDIO7, DIMENSÃO: LARGURA: 216MM, COMPRIMENTO: 30M, UNID. DE MED: UNITÁRIO GMS: 7005- 74583	-	-	-	-	-	-	-
12	BOBINA SACO PLÁSTICO, TIPO: PICOTADO, USO: PARA TALHER, ASPECTO: INCOLOR, MEDIDA: 8CM X 25CM, EMBALAGEM: BOBINA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 8107-36259 CÓDIGO BR: 150577	-	-	-	-	-	-	-
13	BOBINA SACO PLÁSTICO, PICOTADO, USO: PARA VERDURAS, COR: INCOLOR, MEDIDA: 20CM X 30CM, BOBINA COM 1000, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 8107-36211 CÓDIGO BR: 439984	-	-	44,50	-	-	-	-

14	BOBINA SACO PLÁSTICO, USO: EMBALAR ALIMENTOS, MEDIDA: 30CM X 40CM, MATERIAL: POLIETILENO, EMBALAGEM: BOBINA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 8107-36273 CÓDIGO BR: 429964	-	-	-	-	27,40	25,78	-
15	BOBINA SACO PLÁSTICO, ASPECTO: TRANSPARENTE, MEDIDA: 40CM X 60CM (10KG), MATERIAL: POLIETILENO, EMBALAGEM: BOBINA PICOTADA COM 500 UNIDADES GMS: 8107-36213 CÓDIGO BR:429966	-	-	39,90	-	80,00	-	-
16	LENÇOL LENÇOL DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADOS EM 100% COM CELULOSE VIRGEM BRANCA E FIBRAS LONGAS, MACIOS E HIGIÊNICOS, PAPEL GOFRADO, ROLO COM 70CM LARGURA X 50M COMPRIMENTO, EMBALAGEM: CADA ROLO DO LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL DEVE SER EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PACOTE PLÁSTICO ANTES DE SER COLOCADO NA CAIXA DE PAPELÃO, EMBALAGEM CONTENDO IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRAZO DE VALIDADE: 90% DO PRAZO TOTAL DA VALIDADE DO PRODUTO NA DATA DA ENTREGA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEMAIS INFORMAÇÕES DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA E/OU DESCRITIVO TÉCNICO	9,56	-	17,41	-	22,00	-	-

	DO PROCESSO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 6510-68365 CÓDIGO BR: 481789							
17	MEXEDOR PLÁSTICO DESCARTÁVEL MEXEDOR PARA CAFÉ, DESCARTÁVEL, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: CRISTAL, FORMATO: REMO, COMPRIMENTO: 9CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, PACOTE PLÁSTICO COM 500 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 7303-3423 CÓDIGO BR: 355015	-	-	11,90	-	7,92	-	-
18	LENÇO NÃO ESTÉRIL PARA LIMPEZA HOSPITALAR, CONFECCIONADO EM VISCOSE E/OU POLIÉSTER, GRAMATURA: MÍNIMA DE 60G/M², MEDIDA: COMPRIMENTO DE 38CM, LARGURA DE 30CM, VARIAÇÃO ADMISSÍVEL DE 10%. GMS: 7910 - 58053 CATMAT: 431741	0,23	-	-	-	-	0,21	-
19	COLHER DESCARTÁVEL , PARA SOPA, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCA, DIMENSÃO: COMPRIMENTO: 15CM (VARIAÇÃO +/- 10%), USO: DESCARTÁVEL, ISENTA DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO . GMS: 7303 - 36227 CATMAT: 310970	-	-	78,11	-	70,00	-	-
20	COPO DESCARTÁVEL , CAIXA DE COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 50ML, COM 5.000 UNIDADES (COPOS) - COPO PLÁSTICO, COM CAPACIDADE DE 50 ML, FABRICADO EM POLIESTIRENO	-	-	114,00	-	-	-	-

	CRISTAL, ATÓXICO, PRATICO E HIGIÊNICO. GMS: 7303 - 43709; CATMAT: 419309							
21	FACA PARA REFEIÇÃO, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCA, USO: DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO: 16CM (VARIAÇÃO +/- 10%), LARGURA: 2CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SERRILHA, ISENTA DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMSS: 7303 - 36275 CATMAT: 310969	-	-	85,00	-	-	-	-
22	GARFO DESCARTÁVEL , USO: PARA REFEIÇÃO, MATERIAL: POLIESTIRENO RESISTENTE, COR: BRANCO, DIMENSÃO: COMPRIMENTO: 15CM (VARIAÇÃO DE +/- 10%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL, ISENTO DE RACHADURAS, DEFORMAÇÕES E REBARBAS, REFORÇADO. EMBALAGEM: CAIXA COM 1000 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO . GMS: 7303 - 36233 CATMAT:304509	-	-	66,94	-	-	-	-
23	GUARDANAPO DE PAPEL, TIPO: FOLHA SIMPLES, COMPOSIÇÃO: PAPEL DE FIBRA 100% CELULÓSICA VIRGEM, DIMENSÃO: 23X22CM (VARIAÇÃO +/- 5%), COR: BRANCA, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO COM 50 UNIDADES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO COM 50 UNIDADES, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO	-	-	-	-	1,07	1,68	-

	GMS:8504 - 56321 CATMAT: 289550							
24	POTE DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA - COM TAMPAS, EM POLIESTIRENO NÃO TÓXICO, P/ TEMPERATURA ATÉ 100°C, CAPACIDADE 100 ML. EMBALAGENS C/ 100 UNIDADES. GMS: 8107- 88493 CATMAT: 300034	-	-	13,59	-	-	-	-
25	FILTRO ELEMENTO FILTRANTE DE CARVÃO ATIVADO CARBON CLOCK M10 COM 25 CM DE COMPRIMENTO, CIRCULO CENTRAL COM 2,5 CM E DIÂMETRO TOTAL FILTRO, ELEMENTO FILTRANTE, CARVÃO ATIVADO, 10 , UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 4501- 27630 CÓDIGO BR: 461556	46,74	-	59,00	-	42,50	-	-
26	FILTRO ELEMENTO FILTRANTE DE POLIPROPILENO SPFF%, 5 MICRAS, 25 CM DE COMPRIMENTO, CIRCULO CENTRAL MEDINDO 3,0 CM, E DIÂMETRO TOTAL MEDINDO 6,0 CM PARA OSMOSE REVERSA DA AUTO CLAVE SERCON E DA OSMOSE VEXER, FILTRO, ELEMENTO FILTRANTE, POLIPROPILENO, 10 , UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 4501- 27601 CÓDIGO BR:	-	-	-	-	80,00	-	32,00
27	LUVA LUVA, MULTIUSO, TAMANHO: PEQUENA, MATERIAL: LÁTEX DE BORRACHA NATURAL COM REVESTIMENTO EM FLOCOS DE ALGODÃO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO, CONTENDO	2,45	-	10,00	-	3,65	-	-

	UM PAR, COM CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO NA (C.A) COMO EPI, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 7907-170 CÓDIGO BR: 367064							
28	LUVA LUVA, MULTIUSO, TAMANHO: PEQUENA, MATERIAL: LÁTEX DE BORRACHA NATURAL COM REVESTIMENTO EM FLOCOS DE ALGODÃO, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO, CONTENDO UM PAR, COM CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO NA (C.A) COMO EPI, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO GMS: 7907-170 CÓDIGO BR: 367064	-	-	1,08	-	1,14	1,79	-

4.3 Para a formação de preços foi realizada a mediana entre os valores de mercado e valores de governo encontrados para cada um dos itens, foram excluídos os valores discrepantes das cotações recebidas (conforme destacado no mapa), para assim, conseguirmos definir um valor aceitável para cestas de preços.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A licitação será realizada por item, de acordo com a súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 As empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

- Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.
- caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Os lotes deste certame são exclusivos para ME EPP

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 01 (um) dia, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.5 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.6 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.11.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.11.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.11.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.1.12 A contratante não dispõe de funcionários para descarga dos materiais, sendo de responsabilidade da contratada.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do(a) FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE, CNPJ: 08.597.1210001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento ao requisito (para **os lotes 14, 15, 16, 18, 19, 21 e 24**): no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido os produtos semelhantes ao objeto desta licitação, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, assinado e datado. Serão aceitos atestados com no mínimo 50% do quantitativo exigido no edital, sendo permitido o somatório dos mesmos.

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor Global: **355.132,16** (trezentos e cinquenta e cinco mil cento e trinta e dois reais e dezesseis centavos)

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Será exigida apenas a garantia legal, por se tratar de bens comuns, os riscos são mínimos/pequenos quanto à execução do contrato

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

Não se aplica

17 VIGÊNCIA:

17.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 4760 FUNDO ESTADUAL DA SAUDE

Fonte de Recursos: 100

Programa de Trabalho: 6171 GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS

Elemento de Despesa: 3390-3016; 3390-3019; 3390-3020, 3390-3021; 3390-3022; 3390-3025, 3390-3028

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Ponta Grossa, 08 de agosto de 2023.

Orlei José Domingues Soares

Diretor de Área Hospitalar

Aprovo o Termo de referência elaborado pela área técnica competente;

Emerson Martins Hilgemberg

Pró Reitor de Assuntos Administrativos
Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 1 dia útil, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedor (SICAF), através do portal <https://www.gov.br/compras/> ou pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), no site <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras/CAUFPR>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,00 (um) no Índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,00 (um) no Índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,00 (um) no Índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (para os lotes 14, 15, 16, 18, 19, 21 e 24 (lotes com valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação)

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de Materiais de: expediente, acondicionamento ou limpeza em quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) em relação a quantidade de bens exigida para cada lote. Conforme Art. 67§ 2º da Lei nº 14.133, de 2021;

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2023 Ano: 2023

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **Materiais de: expediente, acondicionamento, copa e cozinha, limpeza, manutenção de bens móveis e EPI** para atender a demanda do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG e Hospital Universitário Materno Infantil – HUMAI

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de **90 (noventa) dias**.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV**MODELO DE PROCURAÇÃO 1**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no (a) Pregão Eletrônico n.º 047/2023, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais
Endereço: Alameda Nabuco de Araújo, 601 Bairro: Uvaranas
Cidade/UF: Ponta Grossa – Paraná CEP: 84031-510
Entrega: SCMPA
Responsável pelo Recebimento: Tiago Ianoski, Igor e Samuel
Telefone: (42) 3311-8351, 3311-8350
Horário de Funcionamento: De segunda a sexta feira - 8:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público, Autarquia Estadual, com sede à Av. Gen. Carlos Cavalcanti n.º 4748, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 80.257.355/0001-08, neste ato representado pelo Prof. Dr. Emerson Martins Hilgemberg, Pró-Reitor de Assuntos Administrativos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por delegação constante na Portaria n.º 565 de 02/09/2022, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade do R.G. n.º 4435603-1 SSP-PR e CPF n.º 775.353.679-68.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202_ XXXX (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de **Materiais de: expediente, acondicionamento, copa e cozinha, limpeza, manutenção de bens móveis e EPI** para atender a demanda do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais conforme descrito no Termo de Referência.

Lote XXX X	Descrição do objeto	Exigências complementare s	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1					R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 047/2023, objeto do processo administrativo n.º [XXXXXXXXXX], com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXXX], de [XXXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:**3.1 Para os lotes 1 ao 11:**

3.1.1 Primeira entrega: A entrega deve ser de 25% em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota de empenho. Demais entregas devem ser de 25% a cada 90 dias, ou conforme demanda, tendo o prazo de até 07(sete) dias úteis após solicitação formal. Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva Al. Nabuco de Araújo, 601 - CEP 84031-510 - Ponta Grossa/PR - Fone: (42)3219-8888.

3.1.2 A entrega deve ser efetuada de segunda-feira à sexta-feira no período de 07h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min.

3.1.3 A contratante não dispõe de funcionários para descarga dos materiais, sendo de responsabilidade da contratada.

3.2 Para os lotes 12 ao 28

3.2.1 A empresa contratada deverá realizar a entrega do objeto em 4 parcelas, sendo a primeira em até 15 dias a contar do recebimento da nota de empenho e demais entregas a cada 90 dias ou conforme demanda, devendo ocorrer no prazo máximo de 15 dias após a solicitação

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao servidor Edmar Miyoshi, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá à servidor Orlei Jose Domingues Soares, suplente Juliane Diniz Rocha Teixeira, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 02 (dois) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo 7 (sete) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Caso seja verificado que o produto entregue não atende às especificações do Edital será recusado motivadamente e a EMPRESA será notificada para que efetue a substituição do produto em conformidade, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 4760 FUNDO ESTADUAL DA SAUDE

Fonte de Recursos: 100

Programa de Trabalho: 6171 GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS

Elemento de Despesa: 3390-3016; 3390-3019; 3390-3020, 3390-3021; 3390-3022; 3390-3025,3390-3028

Nota de Empenho:

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, contados de **__ / __ / __** a **__ / __ / __**.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.11.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.11.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.11.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.1.12 A contratante não dispõe de funcionários para descarga dos materiais, sendo de responsabilidade da contratada.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para

licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, que atualmente é o Banco do Brasil S/A ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, será exigida apenas a garantia legal, por se tratar de bens comuns, os riscos são mínimos/pequenos quanto a execução do contrato

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

15.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.”

15.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca da Ponta Grossa – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 006/2023, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX**DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal